

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS E DESAFIOS DAS PRÁTICAS INCLUSIVAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

LITERACY AND READING AND WRITING DEVELOPMENT IN SPECIAL EDUCATION
FROM AN INCLUSIVE EDUCATION PERSPECTIVE: EPISTEMOLOGICAL
FOUNDATIONS, PEDAGOGICAL MEDIATIONS, AND CHALLENGES OF INCLUSIVE
PRACTICES IN THE EARLY YEARS OF ELEMENTARY EDUCATION

ALFABETIZACIÓN Y LETRAMIENTO EN LA EDUCACIÓN ESPECIAL DESDE LA
PERSPECTIVA DE LA EDUCACIÓN INCLUSIVA: FUNDAMENTOS
EPISTEMOLÓGICOS, MEDIACIONES PEDAGÓGICAS Y DESAFÍOS DE LAS PRÁCTICAS
INCLUSIVAS EN LOS PRIMEROS AÑOS DE LA EDUCACIÓN PRIMARIA

Luciana Cabral de Melo Oliveira¹
Roberta Assunção²

RESUMO: Este estudo buscou analisar de que maneira os fundamentos epistemológicos da alfabetização e do letramento contribuem para a elaboração de práticas pedagógicas inclusivas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, à luz das políticas públicas brasileiras de educação inclusiva. O qual se procurou responder a seguinte questão: de que maneira os fundamentos epistemológicos da alfabetização e do letramento podem subsidiar a elaboração de práticas pedagógicas inclusivas, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, assegurando o direito à aprendizagem e à participação na cultura escrita? A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza básica, com objetivos exploratórios e descritivos, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A análise evidenciou convergência entre os referenciais teóricos e os documentos normativos quanto à compreensão da alfabetização como processo de construção do conhecimento articulado ao letramento e à educação inclusiva. Concluiu-se que a atuação e prática pedagógica, associada à valorização da diversidade e às práticas sociais da linguagem, constitui elemento central para a efetivação do direito à aprendizagem em contextos educacionais inclusivos.

Palavras-chave: Alfabetização e Letramento. Educação Inclusiva. Políticas Educacionais.

¹ Especialista em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG); Especialista em Educação Infantil e Alfabetização e Letramento; Bacharel em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Licenciatura em Pedagogia. Coordenadora Pedagógica, Secretaria Municipal de Educação de Goiânia-GO.

² Doutoranda em Processos de Desenvolvimento e Educação pela Universidade de Brasília; Mestre em Processos de Desenvolvimento e Educação pela Universidade de Brasília; Licenciada em Pedagogia. Professora, Universidade de Brasília (UnB)

ABSTRACT: This study aimed to analyze how the epistemological foundations of literacy and reading and writing development contribute to the development of inclusive pedagogical practices in the early years of Elementary Education, in light of Brazilian public policies on inclusive education. It sought to answer the following question: how can the epistemological foundations of literacy and reading and writing development support the development of inclusive pedagogical practices in the early years of Elementary Education, ensuring the right to learning and participation in written culture? The research is characterized as qualitative and basic in nature, with exploratory and descriptive objectives, and was conducted through bibliographic and documentary research. The analysis revealed convergence between the theoretical frameworks and the normative documents regarding the understanding of literacy as a process of knowledge construction articulated with reading and writing development and inclusive education. It was concluded that pedagogical work and practice, combined with the appreciation of diversity and the social practices of language, constitute central elements for ensuring the right to learning in inclusive educational contexts.

Keywords: Literacy and Literacy Development. Inclusive Education. Educational Policies.

RESUMEN: Este estudio tuvo como objetivo analizar de qué manera los fundamentos epistemológicos de la alfabetización y el letramiento contribuyen a la elaboración de prácticas pedagógicas inclusivas en los primeros años de la Educación Primaria, a la luz de las políticas públicas brasileñas de educación inclusiva. Se buscó responder a la siguiente pregunta: ¿de qué manera los fundamentos epistemológicos de la alfabetización y el letramiento pueden contribuir a la elaboración de prácticas pedagógicas inclusivas en los primeros años de la Educación Primaria, garantizando el derecho al aprendizaje y a la participación en la cultura escrita? La investigación se caracteriza por ser cualitativa, de naturaleza básica, con objetivos exploratorios y descriptivos, desarrollada mediante investigación bibliográfica y documental. El análisis evidenció una convergencia entre los referentes teóricos y los documentos normativos en cuanto a la comprensión de la alfabetización como un proceso de construcción del conocimiento articulado con el letramiento y la educación inclusiva. Se concluyó que la actuación y la práctica pedagógica, asociadas a la valoración de la diversidad y a las prácticas sociales del lenguaje, constituyen elementos centrales para la efectivización del derecho al aprendizaje en contextos educativos inclusivos.

Palabras clave: Alfabetización y Letramiento. Educación Inclusiva. Políticas Educativas.

INTRODUÇÃO

A alfabetização constitui um dos processos estruturantes da Educação Básica, por possibilitar aos estudantes a apropriação da linguagem escrita e o desenvolvimento de competências indispensáveis à participação social, ao exercício da cidadania e à continuidade da trajetória escolar. Entretanto, a compreensão desse processo sofreu profundas transformações ao longo das últimas décadas. Se, durante muito tempo, alfabetizar significava essencialmente ensinar o sistema de escrita alfabética por meio de procedimentos centrados na decodificação e codificação de palavras, os avanços das pesquisas nas áreas da Psicologia da Educação,

Linguística, Psicogênese da Língua Escrita e Sociologia da Educação ampliaram significativamente esse entendimento. Atualmente, a alfabetização é concebida como um processo complexo, que envolve dimensões cognitivas, linguísticas, culturais e sociais, exigindo práticas pedagógicas que favoreçam não apenas o domínio do código escrito, mas também sua utilização em diferentes contextos de interação social (Ferreiro; Teberosky, 1999; Soares, 2020).

Paralelamente a essas transformações, a consolidação da educação inclusiva como princípio das políticas educacionais brasileiras modificou significativamente a organização dos sistemas de ensino. A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e, mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), reafirmam que o direito à educação compreende não apenas o acesso à escola, mas também a garantia de condições efetivas de aprendizagem e participação de todos os estudantes. Nesse contexto, alfabetização, letramento e educação inclusiva deixam de constituir campos independentes de investigação para integrar um mesmo compromisso pedagógico voltado à promoção da equidade e da justiça social.

Apesar dos avanços normativos observados nas últimas décadas, inúmeros desafios ainda permeiam os processos de alfabetização desenvolvidos nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Embora o ordenamento jurídico brasileiro assegure a inclusão escolar como direito fundamental, muitas instituições de ensino ainda reproduzem práticas pedagógicas baseadas em modelos homogêneos de ensino, pouco sensíveis à diversidade dos estudantes e às diferentes formas de aprender. Essa realidade evidencia a necessidade de aprofundar as discussões acerca dos fundamentos epistemológicos da alfabetização e do letramento, buscando compreender de que maneira tais referenciais podem contribuir para a construção de práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas.

Diante desse cenário, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: de que maneira os fundamentos epistemológicos da alfabetização e do letramento podem subsidiar a elaboração de práticas pedagógicas inclusivas, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, assegurando o direito à aprendizagem e à participação na cultura escrita?

A relevância desta pesquisa manifestou-se em diferentes dimensões. No plano social, justifica-se pela necessidade de fortalecer práticas educacionais comprometidas com a garantia do direito à aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial, favorecendo sua participação plena nos espaços escolares e sociais. No plano científico, buscou aprofundar as

discussões acerca das relações entre alfabetização, letramento e educação inclusiva, estabelecendo um diálogo entre os principais referenciais teóricos da área e os documentos normativos que orientam as políticas públicas educacionais brasileiras.

No plano pedagógico, pretendeu oferecer subsídios teóricos para professores, coordenadores pedagógicos e demais profissionais da educação envolvidos nos processos de alfabetização, contribuindo para a construção de práticas educativas pautadas na equidade, na acessibilidade e no reconhecimento da diversidade como princípio estruturante do ensino.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar de que maneira os fundamentos epistemológicos da alfabetização e do letramento contribuem para a elaboração de práticas pedagógicas inclusivas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, à luz das políticas públicas brasileiras de educação inclusiva.

Como objetivos específicos, pretende-se: a) compreender a evolução das concepções de alfabetização e suas implicações para os processos de ensino e aprendizagem; b) analisar os pressupostos do letramento e sua relação com as práticas sociais de leitura e escrita; c) examinar os documentos normativos que orientam as políticas públicas de alfabetização e educação inclusiva no Brasil; d) discutir a alfabetização e o letramento como processos indissociáveis da educação inclusiva; e) refletir sobre a mediação pedagógica como elemento central para o direito à aprendizagem de todos os estudantes.

4

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, por compreender que os processos de alfabetização, letramento e educação inclusiva constituem fenômenos complexos, historicamente construídos e socialmente contextualizados, cuja compreensão demanda interpretação dos significados presentes nas práticas educacionais, nos referenciais teóricos e nos documentos normativos. Segundo Minayo (2014), a pesquisa qualitativa dedica-se ao universo dos significados, valores, concepções e interpretações produzidas nas relações sociais, sendo especialmente adequada às investigações realizadas no campo das Ciências Humanas e da Educação.

Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa básica, uma vez que busca ampliar o conhecimento científico acerca das relações entre alfabetização, letramento e educação inclusiva, sem pretensão de intervenção imediata na realidade investigada. Conforme Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa básica tem como finalidade produzir conhecimentos destinados ao

avanço da ciência e à compreensão de fenômenos, constituindo importante fundamento para futuras aplicações práticas

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa classifica-se como bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica fundamentou-se na análise de obras clássicas e contemporâneas consideradas referenciais para a compreensão dos conceitos de alfabetização, letramento, educação especial e educação inclusiva. Foram selecionadas obras de autores reconhecidos nacional e internacionalmente pela relevância de suas contribuições teóricas ao objeto investigado. A seleção das obras ocorreu de forma intencional, considerando sua recorrência na produção científica da área, sua contribuição para a fundamentação dos objetivos da pesquisa e sua pertinência ao problema investigado.

A pesquisa documental consistiu na análise de documentos normativos que orientam as políticas públicas educacionais brasileiras relacionadas à alfabetização e à educação inclusiva. Conforme Gil (2019), a pesquisa documental utiliza materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reinterpretados segundo os objetivos da investigação, permitindo compreender processos históricos, políticos e institucionais que fundamentam determinado fenômeno social. Os documentos selecionados para análise estão apresentados no Quadro 1.

5

Quadro 1 – Documentos normativos analisados

Documento normativo	Ano	Finalidade do documento	Aspectos analisados na pesquisa	Relação com os objetivos da pesquisa
Constituição da República Federativa do Brasil	1988	Estabelece a educação como direito social fundamental e dever do Estado e da família.	Direito à educação, igualdade de oportunidades, acesso, permanência e aprendizagem.	Fundamentar a alfabetização como direito fundamental e base da educação inclusiva.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996)	1996	Regulamenta a organização da educação nacional e define princípios da Educação Básica e da Educação Especial.	Organização da Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado (AEE), currículo e escolarização inclusiva.	Relacionar alfabetização e educação inclusiva às diretrizes legais brasileiras.
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	2008	Orienta a implementação da educação inclusiva nos sistemas de ensino brasileiros.	Inclusão escolar, participação, acessibilidade, permanência e aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial.	Compreender os pressupostos da educação inclusiva aplicados aos processos alfabetizadores.
Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	2017	Define as aprendizagens essenciais da Educação Básica.	Alfabetização, práticas de linguagem, letramento, competências, equidade e desenvolvimento integral.	Analisar a articulação entre alfabetização, letramento e educação inclusiva no currículo nacional.

Fonte: Autoria própria (2026)

A análise dos documentos normativos foi realizada de forma articulada aos referenciais teóricos selecionados para a pesquisa, buscando identificar convergências, complementaridades

e possíveis tensões entre os fundamentos legais e as concepções contemporâneas sobre alfabetização, letramento e Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Essa estratégia metodológica permitiu construir categorias analíticas que orientaram a interpretação dos documentos à luz da produção científica especializada, conferindo maior consistência às discussões desenvolvidas no capítulo de resultados.

Considerando a natureza qualitativa da pesquisa e a opção pelos procedimentos bibliográfico e documental, estruturou-se um percurso metodológico que possibilitou articular os referenciais teóricos aos documentos normativos selecionados, organizando a análise em categorias temáticas relacionadas aos objetivos específicos da investigação, conforme o Quadro 2.

Quadro 2: Referenciais teóricos utilizados na pesquisa



Fonte: Autoria própria (2026)

Os referenciais selecionados foram articulados segundo suas contribuições para a compreensão do problema investigado possibilitando estabelecer um diálogo entre as diferentes perspectivas teóricas e os documentos normativos analisados, orientando a construção das categorias analíticas. A análise desenvolvida nesta pesquisa não se restringiu à descrição dos documentos normativos ou dos referenciais teóricos selecionados. Buscou-se estabelecer um diálogo analítico entre a produção científica e as políticas públicas educacionais brasileiras,

permitindo compreender convergências, complementaridades e desafios relacionados à alfabetização, ao letramento e à Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

ANÁLISE E DISCUSSÕES

A análise da literatura e dos documentos normativos permitiu identificar importantes elementos para a compreensão das relações entre alfabetização, letramento e educação inclusiva nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os resultados evidenciam que a efetivação do direito à aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial depende da superação de concepções reducionistas acerca da alfabetização e da adoção de práticas pedagógicas que articulem o domínio do sistema de escrita alfabética às experiências sociais de uso da linguagem escrita.

Os resultados da pesquisa foram organizados em três categorias analíticas: a evolução das concepções de alfabetização, a articulação entre alfabetização e letramento e os desafios da mediação pedagógica inclusiva. O Quadro 3 sintetiza a relação entre os objetivos específicos, as categorias de análise e os principais referenciais mobilizados ao longo da discussão.

Quadro 3 - Síntese dos objetivos específicos, categorias de análise e principais referenciais teóricos

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CATEGORIA DE ANÁLISE	PRINCIPAIS DOCUMENTOS	PRINCIPAIS REFERENCIAIS TEÓRICOS	CONTRIBUIÇÃO PARA RESPOSTA AO PROBLEMA
1 Compreender a evolução das concepções de alfabetização e suas implicações para o ensino.	Categoria 1 – A alfabetização como direito educacional e processo de construção do conhecimento.	• Constituição Federal (1988) • LDB (1996) • BNCC (2017)	• Ferreiro e Teberosky • Soares • Morais • Vygotsky	Permite compreender como as concepções de alfabetização evoluíram e fundamentam práticas pedagógicas.
2 Analisar os pressupostos do letramento e sua contribuição para a alfabetização em perspectiva inclusiva.	Categoria 2 – O letramento como prática social e sua contribuição para a educação inclusiva.	• BNCC (2017) • Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)	• Soares • Kleiman • Street • Mantoan • Glat e Pletsch	Evidencia o letramento como prática social que amplia possibilidades de participação e aprendizagem dos estudantes.
3 Examinar os documentos normativos relacionados à alfabetização e à educação inclusiva.	Categorias 1, 2 e 3 – Articulação entre fundamentos legais, práticas sociais e mediação pedagógica.	• Constituição Federal (1988) • LDB (1996) • Política Nacional de Educação Especial (2008) • BNCC (2017)	• Todos os referenciais dialogam com os documentos analisados.	Permite identificar como as políticas públicas estruturam a alfabetização, o letramento e a educação inclusiva no contexto brasileiro.
4 Discutir os desafios e as possibilidades da articulação entre alfabetização, letramento e educação inclusiva.	Categoria 3 – Mediação pedagógica e práticas inclusivas: desafios e possibilidades.	• Política Nacional de Educação Especial (2008) • BNCC (2017) • LDB (1996)	• Mantoan • Glat e Pletsch • Vygotsky • Prestes • Freire	Possibilita compreender tensões e caminhos para articular teoria, políticas e práticas inclusivas na alfabetização.
5 Refletir sobre o papel da mediação pedagógica na promoção da aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial.	Categoria 3 – Mediação pedagógica e práticas inclusivas: desafios e possibilidades.	• Política Nacional de Educação Especial (2008) • BNCC (2017)	• Vygotsky • Prestes • Freire • Mantoan	Fundamenta a mediação pedagógica como elemento central para a aprendizagem e a participação dos estudantes.



Fonte: Autoria própria (2026)

A organização apresentada no Quadro 3 evidencia que as categorias analíticas não foram definidas de maneira arbitrária, mas construídas a partir dos objetivos específicos da pesquisa e

fundamentadas no diálogo entre os documentos normativos e os referenciais teóricos selecionados. Essa estrutura orientou a análise interpretativa desenvolvida nas seções seguintes, assegurando coerência entre o problema de pesquisa, os objetivos propostos, a metodologia adotada e os resultados obtidos.

4.1 A alfabetização como direito educacional e processo de construção do conhecimento

A primeira categoria de análise foi construída a partir do objetivo específico de compreender a evolução das concepções de alfabetização e suas implicações para os processos de ensino e aprendizagem. Para tanto, realizou-se a análise articulada da Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) e da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), em diálogo com as contribuições teóricas de Ferreiro e Teberosky (1999), Soares (2020), Moraes (2012) e Vygotsky (2007).

A Constituição Federal de 1988 inaugurou uma importante mudança de paradigma ao reconhecer a educação como direito social fundamental e dever do Estado e da família. Embora o texto constitucional não trate especificamente da alfabetização, estabelece que a educação deve promover o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). Essa compreensão amplia o significado da alfabetização, afastando-a da ideia de simples aquisição de habilidades técnicas e aproximando-a de um processo de formação humana integral.

Essa perspectiva é aprofundada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), ao estabelecer que a educação básica tem por finalidade assegurar a formação comum indispensável ao exercício da cidadania e fornecer meios para que o educando progrida nos estudos e no trabalho. Observa-se, portanto, que tanto a Constituição Federal quanto a LDB atribuem à alfabetização uma função que ultrapassa o domínio do sistema de escrita alfabética, vinculando-a ao desenvolvimento das capacidades intelectuais, sociais e culturais dos estudantes.

Essa orientação normativa dialoga diretamente com as contribuições de Ferreiro e Teberosky (1999), cujas pesquisas romperam com a concepção tradicional de alfabetização centrada exclusivamente na memorização das relações entre letras e sons. Ao demonstrarem que a criança elabora hipóteses sobre a escrita antes mesmo da escolarização formal, as autoras evidenciaram que a aprendizagem da linguagem escrita constitui um processo ativo de

construção do conhecimento, influenciado pelas interações estabelecidas entre sujeito, linguagem e contexto social

Sob perspectiva semelhante, Soares (2020) defende que a alfabetização deve ser compreendida como processo de apropriação do sistema de escrita alfabética, exigindo planejamento pedagógico consistente e fundamentado em conhecimentos científicos acerca do funcionamento da língua escrita. Entretanto, a autora ressalta que o ensino do sistema alfabético somente adquire sentido quando articulado às práticas sociais de leitura e escrita, aspecto que será aprofundado na categoria seguinte.

A análise da Base Nacional Comum Curricular reforça essa compreensão. O documento estabelece que a alfabetização deve ocorrer nos primeiros anos do Ensino Fundamental mediante experiências que integrem leitura, escrita, oralidade e análise linguística, reconhecendo a linguagem como prática social (Brasil, 2017). Observa-se, portanto, uma convergência entre os pressupostos presentes na BNCC e as contribuições de Soares (2020), ao reconhecer que a aprendizagem da escrita exige tanto a compreensão do funcionamento do sistema alfabético quanto sua utilização em situações reais de comunicação.

Outro aspecto evidenciado na análise refere-se às contribuições da teoria histórico-cultural para a compreensão dos processos alfabetizadores. Vygotsky (2007) afirma que a aprendizagem ocorre por meio das interações sociais mediadas pela cultura e pela linguagem, atribuindo à ação pedagógica papel decisivo no desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Essa concepção amplia significativamente a compreensão da alfabetização, deslocando o foco das capacidades individuais para as condições de aprendizagem proporcionadas pelos contextos educativos.

Nessa direção, Moraes (2012) ressalta que a aprendizagem do sistema de escrita alfabética demanda intervenções pedagógicas sistemáticas, capazes de favorecer a reflexão das crianças acerca das relações entre linguagem oral e escrita. Para o autor, a alfabetização exige ensino intencional, planejamento didático e acompanhamento contínuo do processo de aprendizagem, sem que isso implique o retorno a práticas mecânicas ou exclusivamente repetitivas.

A análise conjunta dos documentos normativos e dos referenciais teóricos permite identificar importante convergência entre as políticas públicas brasileiras e a produção científica contemporânea. Tanto a legislação quanto os autores analisados compreendem a alfabetização como direito fundamental e como processo complexo de construção do conhecimento, superando perspectivas que a reduzem à simples decodificação do sistema de escrita.

Entretanto, também se identificam desafios para a efetivação desses princípios nas práticas escolares. Embora os documentos oficiais apresentem uma concepção ampliada de alfabetização, sua implementação depende da formação dos professores, das condições institucionais oferecidas pelas redes de ensino e da adoção de práticas pedagógicas coerentes com tais pressupostos. Dessa forma, a efetivação do direito à alfabetização exige não apenas respaldo normativo, mas também compromisso pedagógico e político com a aprendizagem de todos os estudantes.

Os resultados desta primeira categoria permitem afirmar que os fundamentos epistemológicos da alfabetização presentes na literatura especializada encontram respaldo nos principais documentos normativos brasileiros. Essa convergência fortalece a compreensão de que alfabetizar constitui compromisso social da escola e condição indispensável para a promoção da cidadania, da inclusão e do desenvolvimento humano, respondendo ao primeiro objetivo específico desta pesquisa.

4.2 O letramento como prática social e sua contribuição para a educação inclusiva

A segunda categoria de análise foi organizada com base no objetivo específico de analisar as contribuições do letramento para os processos de alfabetização em perspectiva inclusiva. Para tanto, realizou-se a análise da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) e da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), articulando-as às contribuições teóricas de Soares (2004; 2020), Kleiman (2008), Street (2014), Mantoan (2015) e Glat e Pletsch (2013).

A análise da Base Nacional Comum Curricular evidencia que a aprendizagem da leitura e da escrita deve ocorrer de forma articulada às práticas sociais da linguagem. O documento estabelece que o ensino da Língua Portuguesa deve possibilitar aos estudantes participar de diferentes práticas de linguagem, envolvendo leitura, produção textual, oralidade e análise linguística em situações reais de comunicação (Brasil, 2017). Essa perspectiva rompe com concepções restritas de alfabetização centradas exclusivamente na aprendizagem do código escrito e aproxima-se das discussões contemporâneas sobre letramento

Esse entendimento encontra respaldo nas contribuições de Soares (2004), para quem alfabetização e letramento constituem processos distintos, porém indissociáveis. Segundo a autora, enquanto a alfabetização corresponde à apropriação do sistema de escrita alfabética, o letramento refere-se à inserção dos sujeitos nas práticas sociais que utilizam a leitura e a escrita

como formas de participação cultural. Assim, alfabetizar implica também criar condições para que os estudantes atribuam sentido às diferentes formas de utilização da linguagem escrita presentes na sociedade.

A análise da BNCC demonstra convergência com essa perspectiva ao reconhecer que a aprendizagem da leitura e da escrita deve ocorrer em contextos significativos, nos quais os estudantes possam compreender as funções sociais da linguagem. Ao enfatizar a diversidade de gêneros textuais, suportes de comunicação e situações de interação, o documento aproxima-se da concepção de letramento defendida por Soares (2020), segundo a qual o domínio do sistema de escrita somente adquire pleno significado quando integrado às práticas sociais de leitura e escrita.

Kleiman (2008) amplia essa compreensão ao afirmar que o letramento não constitui uma habilidade isolada, mas um conjunto de práticas sociais historicamente construídas. Para a autora, a escola desempenha papel fundamental na ampliação das oportunidades de participação dos estudantes em diferentes eventos de letramento, possibilitando-lhes compreender a escrita como instrumento de interação, produção de conhecimento e exercício da cidadania.

Em perspectiva semelhante, Street (2014) critica o denominado modelo autônomo de letramento, que compreende a escrita como habilidade neutra e universal, independente dos contextos sociais em que é utilizada. Em contraposição, o autor propõe o modelo ideológico de letramento, segundo o qual toda prática de leitura e escrita está inserida em relações culturais, sociais e políticas específicas. Essa abordagem amplia significativamente a compreensão dos processos alfabetizadores ao evidenciar que diferentes grupos sociais desenvolvem distintas formas de utilização da linguagem escrita.

Ao analisar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), observa-se que seus pressupostos dialogam diretamente com essa concepção ampliada de letramento. O documento estabelece que os sistemas de ensino devem assegurar não apenas o acesso dos estudantes público-alvo da educação especial à escola regular, mas também sua participação, aprendizagem e permanência com qualidade. Tal orientação pressupõe que todos os estudantes tenham oportunidades de participar das práticas sociais mediadas pela leitura e pela escrita, independentemente de suas características individuais.

Essa compreensão aproxima-se das reflexões de Mantoan (2015), ao defender que a inclusão escolar não pode limitar-se ao ingresso físico dos estudantes na escola, devendo assegurar sua efetiva participação em todas as experiências de aprendizagem. Sob essa

perspectiva, restringir estudantes público-alvo da educação especial a atividades simplificadas ou desvinculadas das práticas sociais da linguagem representa forma de exclusão pedagógica incompatível com os princípios da educação inclusiva.

As contribuições de Glat e Pletsch (2013) reforçam esse entendimento ao afirmarem que práticas pedagógicas inclusivas exigem reorganização curricular, flexibilização metodológica e adoção de estratégias que favoreçam a participação de todos os estudantes nas atividades escolares. Para as autoras, reconhecer a diversidade implica reorganizar o processo de ensino de modo que diferentes formas de aprender sejam consideradas no planejamento pedagógico.

A análise conjunta dos documentos normativos e dos referenciais teóricos permite compreender que o letramento constitui elemento indispensável para a efetivação da educação inclusiva. Ao reconhecer a linguagem escrita como prática social, tanto a BNCC quanto a Política Nacional de Educação Especial superam perspectivas centradas exclusivamente no domínio técnico da leitura e da escrita, aproximando-se das concepções defendidas por Soares (2004; 2020), Kleiman (2008) e Street (2014).

Todavia, a análise também evidencia importantes desafios para a concretização desses princípios no cotidiano escolar. A efetivação de práticas pedagógicas fundamentadas no letramento requer formação docente consistente, reorganização curricular, disponibilidade de recursos pedagógicos acessíveis e desenvolvimento de estratégias de ensino capazes de assegurar a participação de todos os estudantes. Esses aspectos tornam-se ainda mais relevantes quando considerados os diferentes perfis de aprendizagem presentes nas salas de aula inclusivas.

Os resultados desta categoria demonstram que a articulação entre alfabetização e letramento constitui condição indispensável para a promoção da educação inclusiva. A análise dos documentos normativos, em diálogo com os referenciais teóricos selecionados, evidencia que garantir o direito à alfabetização implica assegurar também o direito de todos os estudantes à participação nas práticas sociais da linguagem escrita, fortalecendo sua autonomia, sua cidadania e seu desenvolvimento integral.

4.3 Mediação pedagógica e práticas inclusivas: desafios e possibilidades

A terceira categoria de análise foi organizada a partir dos objetivos específicos de discutir os pressupostos da educação inclusiva em sua interface com a alfabetização e o letramento, bem como refletir sobre o papel da mediação pedagógica na promoção da aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial. Para tanto, procedeu-se à análise da Política

Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), em diálogo com as contribuições de Vygotsky (2007), Prestes (2010; 2012), Mantoan (2015), Glat e Pletsch (2013) e Freire (2021).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabelece que a escolarização dos estudantes público-alvo da educação especial deve ocorrer, preferencialmente, nas classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes acesso, participação, aprendizagem e permanência com qualidade (Brasil, 2008). Essa diretriz representa importante ruptura com modelos educacionais historicamente baseados na segregação escolar, ao reconhecer que a diferença constitui característica inerente aos processos educativos e não justificativa para exclusão ou redução das expectativas de aprendizagem.

Em consonância com essa política, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reafirma que os sistemas de ensino devem assegurar currículos, métodos, recursos e organização específicos capazes de atender às necessidades dos estudantes da educação especial (Brasil, 1996). A análise desses dispositivos evidencia que a legislação brasileira atribui à escola a responsabilidade de reorganizar suas práticas pedagógicas, deslocando o foco das limitações individuais para a eliminação das barreiras que dificultam o acesso ao conhecimento.

13

Essa compreensão encontra respaldo nas contribuições de Mantoan (2015), para quem a inclusão escolar pressupõe uma transformação da cultura institucional e das práticas pedagógicas, rompendo com modelos homogeneizadores de ensino. Segundo a autora, a diversidade deve ser compreendida como elemento constitutivo da escola e como oportunidade para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais democráticas, colaborativas e acessíveis. Sob essa perspectiva, alfabetizar em contextos inclusivos implica reconhecer que diferentes estudantes podem construir conhecimentos por percursos distintos, sem que isso represente diminuição das expectativas de aprendizagem.

A teoria histórico-cultural também oferece importantes fundamentos para essa discussão. Vygotsky (2007) compreende a aprendizagem como processo social mediado pela interação entre sujeitos e pela apropriação dos instrumentos culturais produzidos historicamente. Entretanto, conforme destaca Prestes (2010; 2012), a tradução do conceito tradicionalmente conhecido como ‘Zona de Desenvolvimento Proximal’ apresenta limitações semânticas, sendo mais adequada a expressão Zona de Desenvolvimento Iminente (ZDI), por evidenciar que o desenvolvimento não se refere a um espaço fixo entre dois níveis, mas às

possibilidades concretas de aprendizagem que podem emergir mediante a mediação pedagógica e as interações sociais.

A adoção da expressão Zona de Desenvolvimento Iminente reforça a compreensão de que as potencialidades dos estudantes não devem ser avaliadas apenas pelo que conseguem realizar de forma autônoma, mas também pelas possibilidades de aprendizagem que se revelam nas situações de colaboração e mediação. Essa interpretação possui especial relevância para a educação inclusiva, uma vez que desloca o olhar das limitações individuais para as possibilidades de desenvolvimento construídas nas relações pedagógicas.

Ao analisar a Base Nacional Comum Curricular, observa-se que seus pressupostos dialogam com essa perspectiva ao reconhecer o protagonismo do estudante, a valorização das diferentes formas de aprendizagem e a necessidade de práticas pedagógicas contextualizadas (Brasil, 2017). Embora a BNCC não apresente orientações específicas para cada condição de deficiência, suas competências gerais enfatizam princípios como equidade, respeito à diversidade, cooperação, autonomia e participação, aspectos diretamente relacionados às concepções contemporâneas de educação inclusiva.

Nesse contexto, a mediação pedagógica assume papel central na efetivação dos processos de alfabetização e letramento. Não se trata apenas da transmissão de conteúdos, mas da criação de condições para que os estudantes possam estabelecer relações significativas com a linguagem escrita, desenvolvendo competências cognitivas, comunicativas e sociais. Tal compreensão aproxima-se da concepção freireana de educação, segundo a qual ensinar implica criar possibilidades para a construção do conhecimento, e não simplesmente transferi-lo (Freire, 2021).

A análise dos documentos normativos evidencia, entretanto, que a efetivação dessas diretrizes depende da superação de diversos desafios presentes no cotidiano escolar. Entre eles destacam-se a formação inicial e continuada dos professores para atuação em contextos inclusivos, a necessidade de planejamento colaborativo entre docentes do ensino comum e profissionais do Atendimento Educacional Especializado, a ampliação da acessibilidade curricular e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que considerem a diversidade como princípio organizador do processo educativo.

As reflexões de Glat e Pletsch (2013) corroboram essa análise ao defenderem que a inclusão escolar exige reorganização curricular, flexibilização metodológica e permanente articulação entre políticas públicas e práticas pedagógicas. Para as autoras, a garantia do direito

à aprendizagem depende menos da existência de modelos prontos de intervenção e mais da capacidade da escola de construir respostas pedagógicas coerentes com as necessidades e potencialidades de seus estudantes.

A análise integrada dos documentos normativos e dos referenciais teóricos permite compreender que alfabetização, letramento e educação inclusiva constituem dimensões complementares de um mesmo processo educativo. A legislação brasileira estabelece o direito à educação inclusiva; os referenciais teóricos demonstram que a aprendizagem ocorre mediante mediação pedagógica, participação social e valorização da diversidade; e a prática docente constitui o espaço em que esses princípios se concretizam.

Dessa forma, os resultados desta categoria evidenciam que a mediação pedagógica representa o principal elo entre os fundamentos epistemológicos da alfabetização, as práticas sociais de letramento e a efetivação da educação inclusiva. Mais do que adaptar conteúdos ou flexibilizar atividades, educar em perspectiva inclusiva exige reconhecer cada estudante como sujeito de direitos, capaz de aprender e participar da cultura escrita quando lhe são asseguradas condições pedagógicas adequadas. Assim, a análise desenvolvida responde aos dois últimos objetivos específicos da pesquisa e reforça que a construção de práticas alfabetizadoras inclusivas depende da articulação entre fundamentos científicos, diretrizes normativas e compromisso pedagógico com a aprendizagem de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como propósito analisar de que maneira os fundamentos epistemológicos da alfabetização e do letramento contribuem para a construção de práticas pedagógicas inclusivas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, à luz das políticas públicas brasileiras de educação inclusiva. A análise desenvolvida ao longo da pesquisa permitiu compreender que alfabetização, letramento e educação inclusiva constituem dimensões indissociáveis da garantia do direito à educação.

O diálogo estabelecido entre os documentos normativos brasileiros, especialmente a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), e os referenciais teóricos analisados evidenciou significativa convergência quanto à compreensão da alfabetização como processo que ultrapassa a apropriação do sistema de escrita alfabética,

incorporando dimensões sociais, culturais, cognitivas e políticas relacionadas ao exercício da cidadania.

Os resultados da análise documental demonstraram que as políticas públicas educacionais brasileiras reconhecem a aprendizagem como direito fundamental de todos os estudantes e atribuem à escola a responsabilidade de organizar práticas pedagógicas capazes de assegurar acesso, participação, permanência e aprendizagem com qualidade. Verificou-se que a efetivação desse direito depende da superação de concepções pedagógicas centradas na homogeneização dos processos de ensino e da adoção de práticas que reconheçam a diversidade como elemento constitutivo da aprendizagem.

No que se refere aos objetivos propostos, considera-se que todos foram alcançados. A pesquisa possibilitou compreender a evolução das concepções de alfabetização, evidenciando a transição de modelos centrados na decodificação para perspectivas que reconhecem a aprendizagem como processo ativo de construção do conhecimento. Também permitiu analisar as contribuições do letramento para a inserção dos estudantes nas práticas sociais da linguagem escrita, demonstrando que alfabetizar implica promover condições para que a leitura e a escrita sejam vivenciadas como práticas culturais significativas.

Da mesma forma, a análise dos documentos normativos possibilitou compreender como as políticas públicas brasileiras incorporam princípios da educação inclusiva, reafirmando o compromisso com a garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes. Por fim, evidenciou-se que a mediação pedagógica constitui elemento central para a articulação entre alfabetização, letramento e inclusão escolar, especialmente quando fundamentada em pressupostos que valorizam as potencialidades dos estudantes e reconhecem a diversidade dos percursos de aprendizagem.

Nesse sentido, os fundamentos epistemológicos da alfabetização e do letramento oferecem consistente sustentação teórica para a construção de práticas pedagógicas inclusivas. Entretanto, essa potencialidade somente se concretiza quando os princípios presentes na produção científica dialogam efetivamente com as políticas públicas educacionais e são incorporados às práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições de ensino. Assim, a inclusão escolar deixa de ser compreendida apenas como garantia de acesso e passa a constituir compromisso permanente com a aprendizagem, a participação e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Reconhece-se que este estudo apresenta limitações inerentes ao seu delineamento metodológico. Por tratar-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, não foram analisadas experiências desenvolvidas em contextos escolares específicos nem investigadas as percepções de professores, gestores ou estudantes acerca dos processos de alfabetização em perspectiva inclusiva. Dessa forma, os resultados obtidos refletem a interpretação crítica dos referenciais teóricos e dos documentos normativos selecionados, sem a pretensão de generalizar práticas ou realidades educacionais.

Nesse contexto, sugerem-se novas investigações que ampliem a compreensão da temática mediante pesquisas empíricas desenvolvidas em escolas públicas e privadas, estudos de caso sobre práticas alfabetizadoras inclusivas, análises acerca da formação inicial e continuada de professores alfabetizadores, bem como pesquisas voltadas à utilização de recursos de tecnologia assistiva e estratégias pedagógicas que favoreçam a participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial nos processos de alfabetização e letramento.

A realização desta pesquisa também proporcionou importantes contribuições acadêmicas e profissionais. O percurso investigativo permitiu aprofundar a compreensão das relações entre alfabetização, letramento e educação inclusiva, evidenciando que tais dimensões não podem ser analisadas de forma isolada, mas como componentes complementares da construção de uma educação comprometida com a equidade e a justiça social. Sob a perspectiva profissional, o estudo reforça a importância da atuação docente fundamentada em princípios científicos, éticos e legais, capazes de orientar práticas pedagógicas que respeitem as singularidades dos estudantes sem reduzir suas possibilidades de aprendizagem.

A efetivação da educação inclusiva dependerá da permanente articulação entre políticas públicas, produções científicas e a elaboração de práticas pedagógicas voltadas para a promoção de práticas de alfabetização e letramento que assegurem o acesso de todos os estudantes à cultura escrita. Logo, compreende-se que garantir o direito à alfabetização significa assegurar que todos os estudantes tenham acesso às múltiplas formas de participação na cultura escrita, reconhecendo a diversidade como condição inerente ao processo educativo. Assim, alfabetizar em uma perspectiva inclusiva representa não apenas um desafio pedagógico, mas um compromisso social e ético com a democratização do conhecimento, a valorização da diferença e a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 3 jul. 2026.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 3 jul. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 3 jul. 2026.
- FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 68. ed., 2021.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 7. ed., 2019.
- GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. *Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades educacionais especiais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- KLEIMAN, Angela B. *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 10. ed., 2008.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Summus, 2015.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 14. ed., 2014.
- MORAIS, Artur Gomes de. *Sistema de escrita alfabética*. São Paulo: Melhoramentos, 2012.
- PRESTES, Zoia Ribeiro. *Quando não é quase a mesma coisa: análise de traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil – repercussões no campo educacional*. Brasília: Liber Livro, 2012.
- PRESTES, Zoia Ribeiro. *Quando não é quase a mesma coisa: análise de traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil: repercussões no campo educacional*. 2010. 295 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2. ed., 2013.
- SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 4. ed., 2004.

SOARES, Magda. *Alfabetar: toda criança pode aprender a ler e a escrever*. São Paulo: Contexto, 2020.

STREET, Brian V. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 7. ed., 2007.